

ECONOMISTAS

Caderno Especial de Economia Solidária (4ª edição)



Economia solidária e transição ecológica: caminhos concretos para um novo desenvolvimento



COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA
cofecon.org.br



EXPEDIENTE

Presidente: Tania Cristina Teixeira

Vice-presidente: João Manoel
Gonçalves Barbosa

Conselheiros efetivos:

Carlos Alberto Safatle
Carlos Roberto de Castro
Claudemir Galvani
Elis Braga Licks
Fabíola Andréa Leite de Paula
Flávia Vinhaes Santos
Gustavo Casseb Pessoti
João Manoel Gonçalves Barbosa
Kerssia Preda Kamenach
Lucia dos Santos Garcia
Maria de Fátima Miranda
Maria do Socorro Erculano de Lima
Mônica Beraldo Fabrício da Silva
Paulo Hermance Paiva
Paulo Roberto Polli Lobo
Pedro Afonso Gomes
Tania Cristina Teixeira
Teresinha de Jesus Ferreira da Silva

Conselheiros suplentes:

Ana Cláudia de A. Arruda Laprovitera
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
Antonio Corrêa de Lacerda
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda
Cid Cordeiro Silva
Clovis Benoni Meurer
Denise Kassama Franco do Amaral
Evaldo da Silva
Frednan Bezerra dos Santos
Gilson de Lima Garófalo
José Antonio Lutterbach Soares
José Luiz Pagnussat
Josélia Souza de Brito
Maurílio Procópio Gomes
Noel Leite da Silva
Omar Corrêa Mourão Filho
Paulo Dantas da Costa
Vicente Ferrer Augusto Gonçalves

Conselho Editorial:

Flávia Vinhaes Santos (Coordenadora)
João Manoel Gonçalves Barbosa
(Vice-coordenador)
Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera
Antonio Corrêa de Lacerda
Eduardo Reis Araujo
Elis Braga Licks
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Fernando Augusto Mansor de Mattos
Francisco Horácio Pereira de Oliveira
Gelton Pinto Coelho Filho
Gilson de Lima Garófalo

Heric Santos Hossoé
João Hallak Neto
José Luiz Pagnussat
José Wandemberg Rodrigues Almeida
Júlio Flávio Gameiro Miragaya
Juliane da Costa Furno
Lauro Chaves Neto
Lucia dos Santos Garcia
Marcelo Pereira Fernandes
Maria Cristina de Araújo
Mônica Beraldo Fabrício da Silva
Paulo Dantas da Costa
Paulo Sérgio Fracalanza
Pedro Garrido da Costa Lima
Roberto Bocaccio Piscitelli
Wallace Marcelino Pereira
Wellington Leonardo da Silva

**Comissão de Responsabilidade Social e Economia
Solidária:**

Elis Braga Licks (Coordenadora)
Fabíola Andréa Leite de Paula (Vice-coordenadora)
Anderson Carlos Nogueira Oriente
Antonio Fernando Gomes Alves
Carlos Alberto Cordeiro da Silva
Carlos Alberto Gomes Alves
Carlos Eduardo Soares de Oliveira Junior
Cidoval Sousa
Denise Kassama Franco do Amaral
Frednan Bezerra dos Santos
José Wandemberg Rodrigues
Jucirlei Antônio Martins Nazário
Manuela Salau Brasil
Marcela Vieira Gonçalves (Cáritas)
Marcelo Gomes Justo (Instituto Paul Singer)
Márcio Carneiro dos Reis
Maria Auxiliadora Sobral Feitosa
Maria de Fátima Miranda
Maria Cristina Araújo
Renato Peixoto Dagnino Almeida
Sergio Roberto Rodrigues
Tania Cristina Teixeira
Teresinha de Jesus Ferreira da Silva
Vilmar Carneiro Wanderley
Willian Retamiro

Coordenação de Comunicação:

Renata Reis – Coordenadora
Manoel Castanho – Jornalista
Raquel Passos – Assessora
imprensa@cofecon.org.br

Projeto Gráfico e Editoração:

Raquel Passos

ISSN 2446-9297

As ideias e informações contidas nos artigos publicados nesta revista são de responsabilidade de cada autor, não devendo ser interpretadas como endossadas ou refletindo o pensamento do Conselho Federal de Economia.

15 DE DEZEMBRO

DIA DA

Economia Solidária



Sumário

Editorial Tania Cristina Teixeira	5	Economia Solidária: um caminho para a transição ecológica justa Elis Braga Licks	22
Entre o papel e o território: desafios e caminhos para o aperfeiçoamento do CADSOL na Política Nacional de Economia Solidária Matheus Barboza	6	Finanças solidárias para a transição ecológica justa na COP30 Alexandre Favaro Lucchesi, William Retamiro, Lucas Ferreira Lima, Henrique Pavan Beiro de Souza e Antônio Fernando Gomes Alves	28
Ensino de Economia Solidária: por que não no curso de Ciências Econômicas? Anderson Oriente e Regiane Wochler	12	Nelsa Nespolo é a Mulher Transformadora de 2025 Por Coordenação de Comunicação	34
Cofecon anuncia resultados dos prêmios Paul Singer e Mulher Transformadora Por Coordenação de Comunicação	18		



Editorial

A economia solidária ocupa um lugar importante no debate sobre desenvolvimento, trabalho, justiça social e sustentabilidade. Ela contém uma visão centrada na cooperação entre as pessoas e no território, mostrando que é possível organizar a produção, a circulação e o consumo de forma socialmente justa e ambientalmente responsável, desafiando a lógica da maximização do lucro. No Brasil, essa experiência ganha densidade ao articular políticas públicas, universidades, movimentos sociais e iniciativas econômicas enraizadas nos territórios.

Os artigos reunidos neste caderno especial dialogam diretamente com esses desafios contemporâneos: o aperfeiçoamento do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários, o ensino da economia solidária nos cursos de Ciências Econômicas, o papel das finanças solidárias e sua relação com a transição ecológica justa são temas abordados pelos autores, reafirmando a economia solidária como eixo de um novo modelo de desenvolvimento. Matérias especiais contam experiências reconhecidas no IV Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas e no Prêmio Mulher Transformadora 2025.

Ao dedicar um caderno especial a um tema tão importante, o Cofecon reafirma compromisso com uma reflexão econômica plural e conectada com os desafios do nosso tempo. Num mundo que exige respostas urgentes à crise climática e às desigualdades, a economia solidária aponta caminhos possíveis para uma transição ecológica justa e baseada na cooperação e no fortalecimento dos territórios.

Boa leitura!



Tania Cristina Teixeira
Presidenta do Cofecon

Graduada em Ciências Econômicas e Ciências Contábeis e especialista em Políticas Econômicas (PUC Minas), mestre em Ciência Política (DCP/UFMG), com mestrado Master-DEA e doutorado em Economia Aplicada pela Universidade de Valência, Espanha. Professora do Departamento de Economia da PUC Minas, atua como coordenadora de Extensão Universitária e de Monografia. Foi presidenta do Corecon-MG em 2020, 2021 e 2022. É conselheira do Cofecon desde 2024 e presidenta no exercício de 2025.

Entre o papel e o território:

desafios e caminhos para o aperfeiçoamento do CADSOL na Política Nacional de Economia Solidária

Por Matheus Barboza



1. CADSOL entre política pública e território: primeiras tensões

Nos últimos anos, o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL) voltou a assumir centralidade na Política Nacional de Economia Solidária. Com a Lei Paul Singer, o cadastro deixa de ser um simples registro e passa a ser apresentado como base para planejamento, reconhecimento institucional e ações de fomento.

A literatura sobre economia solidária, pesquisa-ação e capacidades estatais já apontava esse potencial. Contudo, estudos de implemen-

tação mostram que entre o desenho institucional e o cotidiano dos territórios surgem tensões: disputas políticas, descompassos burocráticos e desigualdades que afetam diretamente quem consegue ou não o cadastro.

Este artigo nasce desse encontro entre teoria e prática. Ele dialoga com o Trabalho de Conclusão de Curso “O CADSOL como instrumento de reconhecimento e fortalecimento dos grupos solidários: um estudo a partir do Projeto Feiras Solidárias da INCUBES/UFPB”, com referências





Sem leitura territorial e sem mediação, o CADSOL tende a reconhecer apenas quem já possui estrutura formal, invisibilizando grupos que sustentam a economia solidária no cotidiano. O cadastro precisa reconhecer que a economia solidária nasce primeiro no território, e só depois no papel."

sobre incubação e com a experiência vivida como agente territorial e membro da Comissão Estadual do CADSOL na Paraíba.

A partir dessa posição situada entre universidade, território e instâncias institucionais, o texto busca compreender o CADSOL para além do formulário: como instrumento que expressa desigualdades, revela disputas e abre possibilidades reais de fortalecimento da economia solidária, sobretudo em um momento em que a noção de "economia popular e solidária" ganha força no Governo Federal, exigindo clareza para que não se diluam os princípios da economia solidária.

2. O CADSOL no papel: reconhecimento, mas também barreiras

Até o momento da escrita deste artigo, a nova pessoa jurídica da economia solidária ainda aguarda regulamentação. Nesse intervalo, associações e cooperativas seguem sendo enquadradas como empreendimentos solidários de forma subsidiária pelo Código Civil, desde que cumpram suas legislações específicas e os princípios da economia solidária. Esse arranjo transitório, porém, tem criado um efeito colateral: grupos com forte prática solidária encontram barreiras no CADSOL devido a exigências burocráticas típicas do modelo associativo tradicional, como estatutos antigos ou atas desatualizadas.

Por isso, defendo que o CADSOL deveria funcionar como principal instrumento de formalização da economia solidária, permitindo que o

reconhecimento público anteceda a formalidade jurídica, e não o contrário. Hoje, grupos informais entram com facilidade ao comprovar atuação solidária, enquanto empreendimentos formais enfrentam entraves que pouco dizem sobre sua prática de autogestão.

Nesse contexto, o papel dos agentes territoriais do Programa Paul Singer tem sido essencial. São eles que orientam ajustes mínimos, interpretam documentos, acompanham trajetórias e distinguem burocracia de ausência de prática solidária. Essa mediação mostra que o CADSOL só se realiza plenamente quando articulado ao território.

A regulamentação que está por vir é uma chance de alinhar o cadastro à sua vocação original: formalizar a economia solidária tal como ela existe, fortalecendo sua porta de entrada e garantindo que a burocracia não ultrapasse a prática real dos grupos.

3. Ser agente e membro da Comissão: o CADSOL visto de dentro

A atuação simultânea como agente territorial do Programa Paul Singer e como membro da Comissão Estadual do CADSOL na Paraíba revelou um contraste profundo: no território, acompanho feiras, assembleias e dificuldades cotidianas; na Comissão, participo das decisões que definem quem é reconhecido pelo cadastro nacional.

Nos primeiros meses, analisamos em torno de 50 processos; 18 foram deferidos e os demais

ficaram em complementação, sempre com devolutiva orientada, uma escolha assertiva da Comissão. Mesmo assim, ficou evidente que o CADSOL ainda tem barreiras para reconhecer os grupos.

Os critérios legais para grupos formais permanecem necessários: ata atualizada, estatuto alinhado aos princípios solidários e comprovação de atuação para empreendimentos formais; comprovação mínima para grupos informais. Mas, na prática, essas exigências esbarram em realidades como:

- estatutos antigos que não mencionam autogestão, embora ela exista no dia a dia;
- grupos culturais e artesanais com forte prática coletiva, mas sem registros formais;
- fundos rotativos e redes comunitárias extremamente solidárias, mas pouco documentadas.

Foi nesse cenário que os agentes territoriais se tornaram essenciais. A maioria dos grupos deferidos contou com apoio direto dos agentes, no Sertão, articulados à Casa de Economia Solidária de Pombal; no Agreste, junto aos fóruns; e na região de João Pessoa, com a INCUBES/UFPB. A mediação não foi apenas documental: envolveu interpretação, escuta e reorganização coletiva.

A principal lição é clara: sem leitura territorial e sem mediação, o CADSOL tende a reconhe-

cer apenas quem já possui estrutura formal, invisibilizando grupos que sustentam a economia solidária no cotidiano. O cadastro precisa reconhecer que a economia solidária nasce primeiro no território, e só depois no papel.

4. A pesquisa-ação como lente: quando o roteiro não cabe na vida

A pesquisa-ação é um dos pilares do Programa Paul Singer e, em teoria, articula leitura da realidade, escuta qualificada e construção coletiva de soluções, como reforça o livro *Incubação de Empreendimentos Solidários*, que afirma que formações só fazem sentido quando nascem do cotidiano dos grupos. No território, porém, o roteiro nacional mostrou-se pouco compatível com a vida real.

Nos grupos que acompanhei como Ecofeiras, AMCO, Ecovárzea, Coopssol e o Fundo Rotativo, se nota que o tempo da economia solidária não cabia no tempo do formulário. A maioria das participantes são mulheres com tripla ou quádrupla jornada, o que torna impraticável dedicar horas a questionários extensos. Por isso, muitos encontros precisaram ocorrer durante as feiras ou encaixados em reuniões pré-existentes.

Além disso, alguns instrumentos oficiais não dialogavam com a realidade local, reproduzindo categorias distantes do dia a dia dos grupos, algo que o TCC já apontava ao mostrar que políticas públicas só funcionam quando reconhecem as formas concretas de organização popular.

Quando aplicada com flexibilidade, a pesquisa-ação mostrou sua força. Na AMCO, ajudou a identificar sobrecarga das lideranças, discutir saúde mental e construir um plano de ação realista. Na Ecovárzea, revelou desafios invisíveis em documentos: esforço físico das feirantes, desencontros com feirantes agregados e risco à certificação orgânica por falta de identidade visual.



Esses achados reforçam que a pesquisa-ação não pode ser um manual rígido, mas um processo situado e dialógico. E indicam um risco ao próprio CADSOL: se o cadastro não escutar o território, tende a reconhecer apenas quem já está estruturado, deixando de fora grupos, sobretudo mulheres, que sustentam cotidianamente a economia solidária.

5. Economia popular x economia solidária: fronteiras necessárias

A política nacional recente ampliou o uso do termo “economia popular e solidária”, reconhecendo formas diversas de trabalho e geração de renda historicamente invisibilizadas. Esse avanço é importante – mas, quando falamos de CADSOL, é preciso preservar um limite conceitual: o cadastro, por lei, reconhece empreendimentos de economia solidária, não todas as expressões da economia popular.

Essa distinção não é burocrática; é política. O CADSOL existe para identificar sujeitos coletivos que praticam autogestão, decisões compartilhadas, responsabilidade coletiva e uma lógica de solidariedade, elementos que diferenciam empreendimentos solidários de arranjos apenas individuais ou de sobrevivência.

Existem situações em que grupos muito próximos da economia popular (trabalhos individualizados, iniciativas ainda sem gestão coletiva ou arranjos temporários) buscam o CADSOL. Em muitos há potencial para caminhar rumo à economia solidária, mas ainda não é uma experiência consolidada. Se o cadastro incluir indistintamente todas essas formas, corre o risco de se tornar um registro genérico da informalidade, perdendo sua função de fortalecer práticas coletivas e autogestionárias.

Isso não significa adotar posturas punitivas. O desafio é equilibrar rigor conceitual e sensibilidade territorial. É aqui que o Programa Paul Singer se torna estratégico: com agentes atuando como mediadores e instrumentos adaptados às realidades locais, é possível acompanhar grupos da economia popular que desejam transitar para a economia solidária, sem forçar enquadramentos artificiais, mas construindo processos reais de formação e fortalecimento coletivo.

6. Caminhos para aperfeiçoar o CADSOL a partir do território

A partir do diálogo entre pesquisa acadêmica, atuação na Comissão Estadual do CADSOL e vivências da pesquisa-ação nos territórios, é



(...) o Programa Paul Singer se torna estratégico: com agentes atuando como mediadores e instrumentos adaptados às realidades locais, é possível acompanhar grupos da economia popular que desejam transitar para a economia solidária, sem forçar enquadramentos artificiais, mas construindo processos reais de formação e fortalecimento coletivo."

possível apontar caminhos concretos para aperfeiçoar o cadastro de forma mais coerente com a realidade da economia solidária.

a) Fortalecer o papel dos agentes como porta de entrada: o CADSOL deve ir além do formulário online, articulando-se a processos de leitura de realidade conduzidos pelos agentes. Com diálogo, formação e acompanhamento mínimos, o cadastro se tornaria menos burocrático e mais conectado ao cotidiano dos empreendimentos, garantindo que a prática solidária seja corretamente interpretada e registrada.

b) Reconhecer especificidades territoriais nos instrumentos: roteiros, questionários e campos do sistema precisam refletir a diversidade dos territórios, feiras, fundos rotativos, coletivos culturais, associações rurais, grupos urbanos periféricos. Não é apenas “simplificar a linguagem”, mas perguntar o que faz sentido para cada contexto organizativo e identitário.

c) Integrar CADSOL e Comissão a formações sobre legislação: boa parte das pendências não decorre da ausência de práticas solidárias, mas de estatutos desatualizados ou exigências jurídicas do Código Civil. O Programa Paul Singer, junto a incubadoras e fóruns, pode oferecer modelos de estatuto, assessoria simplificada



e formação jurídica básica, reduzindo barreiras para os grupos.

d) Criar uma categoria de transição: grupos ainda em construção coletiva poderiam ter uma categoria intermediária, “em transição para economia solidária”, com metas, prazos e acompanhamento de agentes. Isso preserva o rigor conceitual sem excluir experiências que estão amadurecendo.

e) Tornar as decisões da Comissão mais pedagógicas: a prática da Paraíba mostrou que devolutivas claras e orientadoras fortalecem os grupos e ampliam o acesso ao CADSOL. Esse caráter pedagógico, com explicações fundamentadas e orientações de reenvio, deveria se tornar diretriz nacional, garantindo transparência e fortalecendo a política pública.



7. Considerações finais: o CADSOL como espelho e compromisso

O CADSOL, visto do gabinete, parece um formulário. No território, porém, ele funciona como um espelho: mostra que o Estado reconhece como sujeito da economia solidária, e quem segue invisível. Visto da Comissão, é também um teste de coerência: até onde conseguimos construir critérios que sejam, ao mesmo tempo, rigorosos, justos e alinhados à realidade popular?

Atuando como agente territorial e membro da Comissão do CADSOL na Paraíba, deixei de enxergar o cadastro como mera burocracia. Ele se tornou um espaço de disputa entre duas lógicas: a da política pública que fala de participação, mas ainda opera com instrumentos distantes da vida real; e a das práticas solidárias que sobrevivem mesmo quando o papel não acompanha a vida concreta.

A Lei Paul Singer, o Programa de Formação, a reativação do CADSOL e a retomada das conferências abriram uma oportunidade histórica. Mas essa oportunidade só se realiza quando o território entra no centro. A pesquisa-ação, quando feita com escuta real, contribui. Os agentes, quando

tratados como educadores e não como digitadores, contribuem. As comissões, quando assumem um papel pedagógico e não apenas fiscalizador, também contribuem.

Se o CADSOL é um instrumento de reconhecimento, precisa reconhecer a economia solidária como ela existe: cheia de tensões, desigualdades, sobrecargas (principalmente das mulheres), mas também cheia de inventividade, cuidado e resistência. É nesse lugar intermediário, entre a norma e a vida, que escrevo, é nele que acredito ser possível aperfeiçoar o CADSOL como parte de uma política pública viva, construída de baixo para cima.



Referências Bibliográficas

1. SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. Base conceitual clássica da economia solidária, seus princípios e caráter emancipador.
2. THIOLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo: Cortez, 2011. Referência metodológica para fundamentar a crítica e o uso da pesquisa-ação no Programa Paul Singer.
3. MÉLO, Heverton Felinto Pedrosa de. Capacidades estatais e implementação de políticas públicas: estudo sobre a economia solidária. Dissertação – UFPB, 2017. Fundamenta a discussão sobre implementação, limites estatais, barreiras e disputas institucionais.
4. BARBOZA DA SILVA, Matheus. O CADSOL como instrumento de reconhecimento e fortalecimento dos grupos solidários: um estudo a partir do Projeto Feiras Solidárias da INCUBES/UFPB. TCC – UFPB, 2025. Base direta do argumento sobre CADSOL, barreiras de entrada, análise territorial e atuação da Comissão.



Matheus Barboza é bacharel em Gestão Pública pela UFPB, agente territorial do Programa Paul Singer, membro da Comissão Estadual do CADSOL/PB e extensionista na INCUBES/UFPB, atuando nas áreas da economia solidária.

Ensino de Economia Solidária: por que não no curso de Ciências Econômicas?

Por Anderson Oriente e Regiane Wochler



A economia solidária não é apenas a melhoria ou ganho de renda. É uma relação de trabalho que prega a questão humana, incorporando modelo socialista de trabalho, onde trabalhadores e trabalhadoras possam viver de maneira digna, com respeito às suas diversidades na geração de uma produção e na relação de trabalho.

De acordo com Singer (2002), a economia solidária é o conjunto de atividades em que trabalhadores solidariamente se organizam sob a forma coletiva e de autogestão para realizar atividades de produção de bens e de serviços, créditos e finanças, trocas, comércio e consumo.

O texto a seguir apresenta uma síntese da experiência do ensino da disciplina de Economia

Solidária no curso técnico em Administração do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia (IFRJ), Campus São João de Meriti, no estado do Rio de Janeiro, no primeiro período de 2022. E uma reflexão sobre a possibilidade de a disciplina de economia solidária ser estabelecida na grade curricular dos cursos de ciências econômicas, a partir das experiências das disciplinas Economia Política e História do Pensamento Econômico, na Universidade Paulista entre os anos de 2022 e primeiro semestre do ano do 2025.

A economia solidária também é conhecida como “outra economia”, economia social, economia popular ou dos setores populares. No ensino desenvolvemos uma experiência pedagógica a



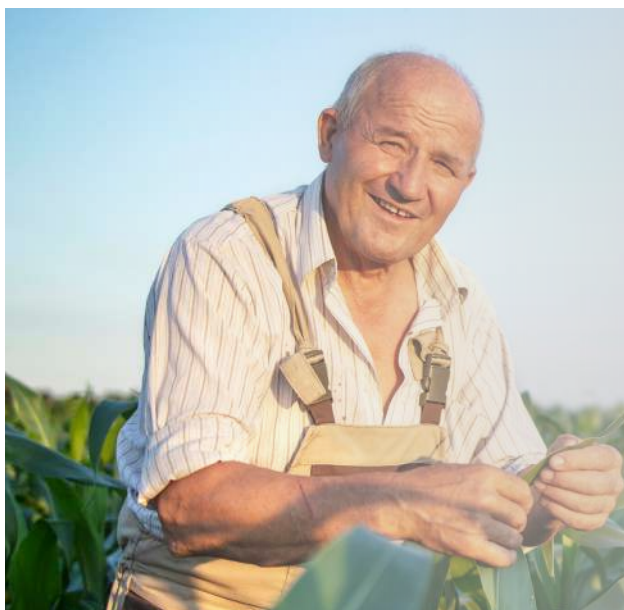
fim de entender melhor o significado da economia solidária no âmbito empírico, teórico e prático, seus limites e suas possibilidades, vivenciando o processo pedagógico dialógico em sala de aula e no campo, com reflexão coletiva, e desenvolvendo estudo de caso como parte integrante da avaliação da disciplina. Segundo Laville (2023, p. 315), “a economia solidária consegue, não só, trazer de volta as iniciativas às organizações ou empresas coletivas, mas também as definindo como ações coletivas, simultaneamente socioeconômicas e sociopolíticas”.

No ensino da disciplina Economia Solidária, no curso técnico em Administração do IFRJ, campus São João de Meriti, apresentamos o histórico da economia solidária oriundo das lutas dos movimentos sociais; as abordagens, como ela é chamada por diferentes autores (como José Luís Coraggio, Gabriel Kraychete, Jean-Louis Laville e Paul Singer); o panorama, qual a percepção e cenário; os bancos comunitários e as moedas sociais municipais, que também conhecemos como finanças solidárias ou de proximidade, segundo Dowbor; os aspectos econômicos; e as políticas públicas de economia solidária no Brasil, mais especificamente no estado do Rio de Janeiro.

Ministramos as aulas com a metodologia participativa e estabelecemos um espaço de diálogo, que chamamos de roda de conversa, que permite aos estudantes se expressarem e aprenderem em conjunto, e abordamos os mais diversos conteúdos da “outra economia”. Como

atividade facultativa, tivemos a participação de alguns discentes na Plenária Regional da Baixada Fluminense de Economia Solidária, atividade do Fórum Estadual de Economia Solidária do estado do Rio de Janeiro, realizado no IFRJ campus São João de Meriti, em maio de 2022, em horário integral, mas parte dos estudantes participaram no horário da tarde no período da aula da respectiva disciplina. Foi uma atividade facultativa porque a disciplina também é autogestionária, um dos princípios fundamentais da economia solidária. No segundo bimestre, tivemos classes com os partícipes da economia solidária ministrando palestras sobre “Redes e Feiras de Economia Solidária”. Com o aprendizado, realizamos uma avaliação chamada “feira de trocas solidárias”, onde os estudantes realizaram na prática uma atividade muito comum no campo da economia solidária. Uma reflexão importante nessa atividade foi a cooperação, pois percebemos que os estudantes nunca realizaram algo próximo a essa prática.

Por fim, como atividade de campo e como forma de avaliação da disciplina, conhecemos as políticas públicas e as experiências de economia solidária do município de Niterói, no estado do Rio de Janeiro. Visitamos a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, do IFRJ campus Niterói (ITES-IFRJ), que se estabelece como um projeto de extensão desenvolvido por docentes e discentes, um espaço de assessoria aos empreendimentos econômicos solidários localizados em Niterói. Visitamos também



A economia solidária não é apenas a melhoria ou ganho de renda. É uma relação de trabalho que prega a questão humana (...)



Recolocar o ser humano no centro da vida econômica (...) parece colocar a economia solidária em linha com os anseios dessa crescente demanda discente de buscar caminhos alternativos à lógica excludente e falsamente meritocrática de mercado."

o banco comunitário Preventório, fundado em 2011, localizado na comunidade do Preventório, no bairro Charitas, sendo esse o banco comunitário mais antigo em atividade no estado do Rio de Janeiro e administrado pelos moradores do território. E conhecemos as políticas públicas de economia solidária do município: a Casa Paul Singer de Economia Solidária, um centro público de economia solidária dedicado ao acolhimento, orientação, formação e comercialização para os empreendedores da economia solidária, e a sede da Arariboia, moeda social digital usada como mecanismo de transferência de renda para o fortalecimento da economia popular e solidária.

Na aula extraclasse vivenciamos em um dia quase todo semestre da disciplina. Percebemos o entusiasmo dos estudantes com questionamentos, trocas e aprendizados sobre a economia solidária com os seus participantes e realizadores, seja no movimento popular, na academia, como também no setor público. Segundo Laville e Frère (2023, p. 345), "a economia solidária difere, portanto, da ideia de uma economia alternativa porque não confina as atividades a uma esfera à parte, isolada do mundo e preservada da economia".

Em universidades privadas, cujos cursos, em sua maioria, são orientados para uma formação que responda à lógica pró-mercado, temáticas que resgatam a função social da economia (como o tema da economia solidária) ainda são dependentes da atuação pessoal docente e as

abordagens são introduzidas dentro de disciplinas correlatas, como o ensino da Economia Política. Sob esse aspecto, trazemos também reflexões sobre como tem sido o trabalho de campo de ampliar a temática e sensibilização de alunos nas disciplinas de Economia Política e História do Pensamento Econômico e em linha de pesquisa disponível para Iniciação Científica intitulada "Economia Solidária, Bancos Comunitários e Moedas Sociais" na graduação de Ciências Econômicas na Universidade Paulista entre os anos de 2022 e o primeiro semestre do ano do 2025.

A maior parte dos estudantes que busca o curso de Ciências Econômicas na rede privada o faz por interesse em trabalhar no mercado financeiro, sobretudo com assessoria financeira em bancos e corretoras de valores. Mesmo assim, desde a pandemia - evento que intensificou discussões sobre a necessidade de lockdown e a criação de uma falsa dicotomia entre economia e necessidades humanas -, tem crescido o número de estudantes que buscam aprofundar conhecimentos nas ciências sociais aplicadas através da economia, sobretudo por aqueles que buscam entender como se formam e se perpetuam os processos de pobreza e desigualdades socioeconômicas num país tão farto de recursos como o Brasil.

Recolocar o ser humano no centro da vida econômica como forma de "conciliar produção e circulação de riqueza com emancipação humana em direção a uma sociedade mais justa e iguali-

tária” (Souza & at all, 2003, p. 287) parece colocar a economia solidária em linha com os anseios dessa crescente demanda discente de buscar caminhos alternativos à lógica excludente e falsamente meritocrática de mercado.

Do ponto de vista da estrutura de cursos de graduação em Ciências Econômicas, de maneira geral, a coordenação dos cursos espelha o padrão de ingresso nos cursos apontado pelos Censos do Ensino Superior, e a falta de diversidade nas coordenações reflete a pouca abertura à introdução de temáticas fundamentais para o entendimento conjuntural de nosso tempo, que incluem questões estruturais como racismo, machismo, homofobia, xenofobia e formas alternativas e sustentáveis de produção. Em contrapartida, a Associação Nacional de Cursos de Graduação em Ciências Econômicas (ANGE) tem incentivado, ainda que de forma tímida, as Instituições de Ensino (IE) a incluírem em suas bases formativas debates que abracem a pluralidade de pensamentos e diversidade racial e de gênero como caminho para promover uma formação que realmente consiga responder aos desafios e especificidades da sociedade brasileira.

A experiência nas disciplinas de História do Pensamento Econômico e Economia Política de 2022, quando as aulas presenciais foram retomadas, até o primeiro semestre de 2024 permitiu apurar que parte dos alunos têm buscado se aprofundar em temas como precarização do mercado de trabalho, crise climática e desigualdades socioeconômicas com interseccionalidades de raça, gênero e classe. Isso motivou a criação de duas linhas de pesquisa direcionadas à iniciação científica intituladas “Economia Solidária, Bancos Comunitários e Moedas Sociais” e “Desigualdades socioeconômicas sob interseccionalidades de raça, gênero e classe”.

Na disciplina de História do Pensamento Econômico, oferecida no segundo semestre, além de cumprir com o currículo básico de apresentação das principais correntes históricas de formação do pensamento econômico, desenvolvemos trabalhos de atividades práticas supervisionadas (APS), quando os alunos são estimulados a conhecer outros pensadores mais contemporâneos, como Paul Singer e Ladislau Dowbor, quando então adentramos nas formas de organização econômica propostas pela



Economia Solidária. Na disciplina de Economia Política, oferecida sempre no primeiro semestre, as discussões sobre formas de produção alternativas ao sistema capitalista são frequentes conforme se avança nos conceitos da teoria marxiana. O conceito de livre associação e/ou associação de homens livres é apresentado por Marx como alternativa ao sistema produtivo capitalista, onde as decisões de produção e distribuição seriam tomadas coletivamente e com o objetivo de sanar necessidades humanas e não de obter lucros via exploração do trabalho. Sob esse aspecto, os diversos empreendimentos de organização social solidários são introduzidos como exemplos de nosso tempo.

Como resultado, tivemos o retorno de pesquisas discentes em iniciação científica no curso de ciências econômicas e procura de alunos de outros campi de cursos diversos, tais como enfermagem, serviço social, história e administração, interessados na temática. Ademais, também cresceu o número de monografias desenvolvidas com temas ligados direta ou indiretamente à economia solidária, embora ainda representem um percentual pequeno do total de temas abordados.

A experiência pedagógica atrelando a teoria e a prática no ensino da economia solidária no curso técnico em Administração do IFRJ campus São João de Meriti é mais um exemplo de como a disciplina pode ser ministrada nos diferentes cursos de ciências sociais aplicadas. É importante destacarmos que os cursos de ciências econômicas não possuem a disciplina Economia Solidária em suas grades curriculares. Como estamos no Brasil, país que apresenta grandes vulnerabilidades sociais e econômicas, muitas vezes o empreendimento coletivo é a forma de

gerar trabalho e renda em meio ao desemprego. A disciplina Economia Solidária, inserida na grade curricular do curso de Ciências Econômicas, poderá formar economistas mais próximos às realidades dos coletivos e dos empreendimentos que carecem de assistência de profissionais que, por sua vez, são direcionados e capazes de tomar decisões para produção, distribuição e consumo com grande assertividade.

Por que a disciplina Economia Solidária não está inserida na grade curricular do curso de Ciências Econômicas? Não temos a resposta. Este artigo aborda a síntese de uma disciplina que pode ser aplicada em curso técnico, graduação e pós-graduação, mas sabemos que a economia solidária reflete uma concepção de vida e relações produtivas dignas, sem alienação e com pensar coletivo. Sendo uma disciplina do curso de graduação em Ciências Econômicas, será fundamental para os estudantes vivenciarem, conhecerem e se tornarem profissionais mais próximos a uma economia que não se traduz só no modelo neoliberal de financeirização da economia, mas uma economia mais humana, que contribui para identificar de forma genuína as práticas, mas também uma teoria que apresenta diversidades do país e do mundo.

A ampliação das discussões na ANGE e no Sistema Cofecon/Corecons, com vistas à introdução da disciplina Economia Solidária nos cursos de graduação e também ao incentivo à prática de pesquisa e extensão nesse campo, poderá ampliar o número de economistas dedicados às atividades de desenvolvimento da economia participativa e consolidar esse ramo de atuação como salutar ao desenvolvimento da ciência econômica.



(...) sabemos que a economia solidária reflete uma concepção de vida e relações produtivas dignas, sem alienação e com pensar coletivo."



Referências Bibliográficas

CORAGGIO, J. L. La economía social como vía para otro desarrollo local. Documento de lanzamiento del debate sobre “Distintas propuestas de economía social” em Urbared, Red de Políticas Sociales, 2002.

DOWBOR, L. Resgatar a função social da economia - uma questão de dignidade humana. São Paulo: Editora Elefante, 2024.

LAVILLE, J. L. Uma economia para a sociedade: terceiro setor, economia social, economia solidária. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades, 2023.

LAVILLE, J. L.; FRÈRE, B. A fábrica de emancipação: repensar a crítica do capitalismo a partir das experiências democráticas, ecológicas e solidárias. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades, 2023.

SINGER, P. I. Curso de introdução à economia política. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1980.

SINGER, P. I. Introdução à economia solidária. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, A.; CUNHA, G.C.; DAKAZAKU, R. Y (orgs.). Uma Outra Economia é possível – Paul Singer e a Economia Solidária. São Paulo: Editora Contexto, 2003



Anderson Oriente é economista. Doutor e Mestre em Engenharia de Produção na Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ).



Regiane Wochler é economista. Mestre em Economia Política pela PUC-SP. Professora Associada do Pecege USP ESALQ e Professora Titular da Universidade Paulista.

Cofecon anuncia resultados do prêmio Paul Singer

Na categoria Assessoramento de Projetos, prêmio vai para o apoio à Feira de Economia Solidária da UFMG; artigo que obteve o primeiro lugar abordou o Programa Renda Que Fica

Por Manoel Castanho

Jornalista da Coordenação de Comunicação



O Cofecon divulgou no dia 18 de dezembro o resultado do IV Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas. A divulgação ocorreu num evento virtual realizado pelo Cofecon, com participação da conselheira coordenadora da Comissão de Responsabilidade Social e Economia Solidária, Elis Braga Licks, e do diretor-executivo do Instituto Paul Singer, Marcelo Justo, bem como dos premiados Sibelle Diniz, Carolina Beltrão de Medeiros, Sergio Silveira e Isabel Raposo.

Para a presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, o prêmio Paul Singer cumpre um papel estratégico ao valorizar pesquisadoras e pesquisadores que produzem conhecimento comprometido com o interesse público. “Precisamos cada vez mais de uma economia que dialogue com a realidade brasileira e ajude a construir caminhos possíveis para um desenvolvimento mais justo”, expressou Tania.

Na ocasião, também foi anunciado o nome da ganhadora do prêmio Mulher Transformadora 2025, honraria entregue pelo Cofecon para reconhecer pessoas que contribuíram para o desenvolvimento dos campos da responsabilidade social, da economia solidária ou do empreendedorismo, impactando positivamente a sociedade ou capacitando comunidades em várias modalidades produtivas.



“Quero agradecer e parabenizar a todos os premiados e aos Corecons que incentivaram os grupos a se inscreverem – e, em especial, ao Corecon-MG e ao Corecon-PE, que nos têm auxiliado muito no tema da economia solidária”, agradeceu Elis Braga Licks, coordenadora da Comissão de Responsabilidade Social e Economia Solidária do Cofecon. “O Prêmio Paul Singer vai além do reconhecimento formal dos trabalhos acadêmicos e se consolida como instrumento de incentivo concreto para que professores e estudantes desenvolvam projetos, pesquisas e práticas extensionistas voltadas à economia solidária, aproximando as universidades dos territórios, das cooperativas, das associações e das iniciativas populares de geração de emprego e renda”.

Marcelo Justo, por sua vez, agradeceu ao Cofecon. “Desde o início da formação do Instituto Paul Singer, a parceria com o Cofecon nos possibilitou realizar uma parte da nossa missão

e do nosso sonho de ter um Prêmio Paul Singer para economistas. Também agradeço à presidenta Tania Teixeira, faz muita diferença ter na presidência do Cofecon uma economista que conhece e defende a economia solidária”, expressou Marcelo Justo. “O Instituto Paul Singer está de portas abertas para acompanhar os trabalhos de vocês”.

Resultados

Os resultados da premiação foram:

Categoria Assessoramento de Projetos

1º Lugar (Prêmio de R\$ 6.000,00): Representante do grupo: Sibelle Cornélio Diniz. Título: “Feira de Economia Popular e Solidária da FACE/UFMG”. Instituições: Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, - Departamento de Economia.

Categoria Artigo Científico:

1º Lugar (Prêmio de R\$ 1.000,00): Representante do grupo: Isabel Pessoa de Arruda Raposo. Título: “Programa Renda que Fica: uma integração do Programa Bolsa Família e moedas sociais”. Instituições: Fundação Joaquim Nabuco e Universidade Federal Rural de Pernambuco.

2º Lugar (Menção honrosa): Estudante: Jéssica Alves dos Santos. Título: “Inclusão e Protagonismo: Mulheres Negras no Cooperativismo da

**Assista a
transmissão
pelo código
QR abaixo:**



agricultura familiar da Bahia”. Instituições: Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

Feira de Economia Popular e Solidária

Na categoria **Assessoramento de Projetos**, o prêmio de R\$ 6 mil foi para o trabalho desenvolvido pelo Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (FACE/UFMG) com a Feira de Economia Popular e Solidária. O grupo é liderado pela professora Sibelle Cornélio Diniz.

A Feira de Economia Popular e Solidária teve início no segundo semestre de 2014. Originalmente com periodicidade semestral, atualmente ela é realizada mensalmente, durante os períodos letivos, trazendo para dentro da universidade grupos de produtores da região metropolitana de Belo Horizonte associados à temática da economia popular e solidária, da agroecologia, da produção orgânica, do consumo responsável, da reciclagem e do comércio justo.

A comercialização é um dos principais gargalos enfrentados pela produção e a feira permite a articulação entre produtores e o público da universidade, proporcionando um espaço de ampliação do conhecimento sobre temas como economia solidária, segurança alimentar, agroecologia e comércio justo. Ao longo dos anos, a feira recebeu estudantes de diferentes cursos (Ciências Econômicas, Relações Econômicas Internacionais, Turismo, Nutrição, entre outros) em ações ligadas a disciplinas de formação em extensão universitária.

“Tive contato com a economia solidária já na minha graduação e me apaixonei, principalmente após a vivência junto aos empreendimentos solidários e a esses produtores que tanto nos ensinam no cotidiano”, expressou a professora Sibelle Diniz. “O grupo Colmeia foi criado pelos estudantes, eles se reuniram entre 2013 e 2014 e perceberam a necessidade de um trabalho com a extensão universitária, dentro da faculdade, atrelado à economia popular e solidária. Hoje recebemos mensalmente 20 a 25 grupos, que fazem a feira de economia solidária. Ela é um lugar de encontro, aprendizado e troca”.

Programa Renda Que Fica

O artigo premiado com o primeiro lugar – de autoria de Carolina Beltrão de Medeiros, Sérgio Silveira, João Romeo Maynard e Isabel Raposo – tem como tema o programa Renda Que Fica, implementado como projeto piloto nos municípios de Cardeal da Silva (BA), Indiaroba (SE), Nossa Senhora do Socorro (SE), Riachão do Dantas (SE) e São Cristóvão (SE). O modelo combina uma conversão parcial do Programa Bolsa Família em moeda social, com bônus de 10%, de forma a reduzir o vazamento de renda para fora da região e dinamizar as economias locais.

“Financiar o bônus do Programa Renda que Fica é uma decisão fiscalmente responsável. Trata-se de utilizar um pequeno percentual de investimento para qualificar o gasto social existente, transformando-o em um motor de desenvolvimento sustentável”, argumentaram os autores





Precisamos cada vez mais de uma economia que dialogue com a realidade brasileira e ajude a construir caminhos possíveis para um desenvolvimento mais justo.”

Tania Cristina Teixeira
Presidenta do Cofecon

no artigo. No entanto, observam também que os recursos transferidos precisam encontrar condições adequadas para circular e multiplicar-se dentro do território.

Carolina participou da transmissão com o anúncio da premiação. “Nosso artigo é um relato de uma pesquisa de campo com a proposição de um programa, que é o Renda que Fica. Fomos a cinco municípios do Nordeste e descobrimos que onde há uma baixa densidade produtiva (com pequena estrutura de comércio e pouca estrutura bancária), os beneficiários recebem o benefício em outras cidades”, explica. “O Bolsa Família é um programa que reduz a pobreza, mas nessas cidades muito pequenas ele não consegue dinamizar a economia local”.

Conversando com beneficiários e operadores de moedas sociais, os autores observaram a circulação de renda dentro do território, criando um fluxo econômico de desenvolvimento. “No caso da cidade de Indiaroba, vimos atividades de incentivo ao empreendedorismo feminino”, contou Carolina. “Queremos que este programa se torne uma política social aplicada, para diminuir a vulnerabilidade e melhorar o desenvolvimento local”.

Isabel Raposo também participou da transmissão. “A economia solidária na Academia ainda encontra muita resistência. Há poucos centros que estudam isso. É uma área que precisa ser mais difundida e trabalhada”, comentou. “Um prêmio como este é fundamental no trabalho de divulgação e sensibilização deste campo. Trabalhamos com pesquisa, temos o rigor científico,

mas nossa finalidade é ter um resultado de pesquisa que seja aplicado. A grande contribuição deste trabalho foi conseguir pegar uma política pública, a mais importante do País, e unir a um mecanismo de desenvolvimento territorial, que é a moeda social, com este incentivo de 10%”.

Mulheres negras no cooperativismo

As cooperativas da agricultura familiar na Bahia vêm passando por transformações importantes, mas ainda enfrentam desafios estruturais para garantir inclusão plena de gênero e raça. O trabalho apresentado por Jéssica Alves dos Santos, contemplado com menção honrosa, aborda um estudo realizado com 30 cooperativas do estado mostrando que, embora a maior parte dos cooperados seja negra e haja presença de mulheres em cargos de gestão (incluindo presidências e vice-presidências), a participação masculina ainda predomina, especialmente nos espaços de maior poder decisório.

As mulheres representam 39,5% dos cooperados e estão sub-representadas na direção financeira e em outras funções estratégicas. Quando chegam às posições de liderança, sobretudo mulheres negras, isso ocorre muitas vezes graças à educação, engajamento político e redes comunitárias de apoio (elementos identificados como decisivos para romper barreiras históricas). No entanto, ainda há um longo caminho para que estes espaços reflitam, de fato, os princípios de igualdade e justiça social que fundamentam o cooperativismo.

Economia Solidária: um caminho para a transição ecológica justa

Por Elis Braga Licks



1. Introdução

A convergência entre colapso climático, perda acelerada de biodiversidade e agravamento das desigualdades expõe uma crise estrutural do próprio regime econômico contemporâneo. Não se trata de uma sequência de falhas isoladas, mas de um padrão sistêmico, a expansão ilimitada sobre uma base biofísica finita (Georgescu-Roegen, 1971; Daly, 2007).

As evidências acumuladas, do aumento de eventos climáticos extremos às novas fronteiras de mineração e agronegócio que comprimem territórios vulneráveis, mostram que a insustentabilidade é uma característica do modelo, não uma externalidade corrigível por ajustes marginais.

Nesse contexto, cresce o reconhecimento de que a transição ecológica precisa ser também social, enraizada em princípios de justiça e cooperação. É nesse ponto que a economia solidária oferece um passo já existente, mensurável e institucionalmente praticado no sentido de transitar para um regime econômico que reconhece limites ecológicos e redistribui o poder de produzir, decidir e apropriar o valor.

Nesse cenário, a economia solidária surge não apenas como alternativa, mas como um caminho concreto de transição para um modelo econômico sustentável e centrado nas pessoas. Mais do que um conjunto de experiências isoladas, a economia solidária representa uma proposta de reorganização produtiva baseada na cooperação, na autogestão e na valorização dos territórios.



Ela propõe um modo de produzir, consumir e distribuir riquezas que coloca a vida no centro da economia, em sintonia com os princípios da economia ecológica – que busca integrar os sistemas econômicos aos limites e ciclos da natureza. Como defendia Paul Singer (1998), trata-se de “uma economia do nós” – construída de baixo para cima, com base na solidariedade e na participação democrática.

O desafio do século XXI é redefinir o desenvolvimento a partir de parâmetros ecológicos e sociais, substituindo a lógica da acumulação pela lógica do bem viver (Leff, 2008). A economia soli-

dária, ao gerar trabalho digno, fortalecer vínculos comunitários e reduzir desperdícios, se aproxima dessa transformação.

Diante disso, este texto tem como objetivo analisar como a economia solidária, articulada aos princípios da economia ecológica, pode contribuir para uma transição ecológica justa no Brasil. Discute fundamentos teóricos, experiências brasileiras e o papel das políticas públicas no fortalecimento de práticas produtivas sustentáveis, cooperativas e voltadas ao desenvolvimento territorial.

2. Fundamentos e convergências entre economia solidária e economia ecológica

A economia ecológica parte da compreensão de que a economia é um subsistema da natureza – portanto, dependente totalmente dos fluxos de energia e matéria que sustentam a vida e os sistemas produtivos (Georgescu-Roegen, 1971; Daly, 2007). Trata-se de uma perspectiva que rompe com a visão tradicional de crescimento ilimitado e destaca que qualquer modelo de desenvolvimento que ignore os limites biofísicos do planeta está inevitavelmente condenado à insustentabilidade. Em outras palavras, não há economia duradoura em um ecossistema colapsado.

Por sua vez, a economia solidária introduz uma dimensão ética, comunitária e distributiva fundamental: reconhece que a cooperação, a justiça social e a inclusão produtiva são condições estruturantes para a sustentabilidade ambiental. Diferente da lógica competitiva e concentradora que caracteriza o modelo convencional, ela se baseia em relações econômicas democráticas, na autogestão e no fortalecimento das capacidades locais, articulando objetivos econômicos, sociais e ambientais (Singer, 2002).

Essas duas abordagens – uma mais teórica e sistêmica, outra mais prática e territorial – convergem em pelo menos três dimensões centrais:

1. Revalorização do trabalho e da comunidade: a economia ecológica critica a redução do trabalho humano a mero insumo do processo produtivo (Daly & Farley, 2004), enquanto a economia solidária recoloca as pessoas como sujeitos coleti-





Mais do que um conjunto de experiências isoladas, a economia solidária representa uma proposta de reorganização produtiva baseada na cooperação, na autogestão e na valorização dos territórios."

vos do desenvolvimento. Ao promover a autogestão, o protagonismo local e a cooperação entre trabalhadores, a economia solidária fortalece redes territoriais, estimula práticas democráticas e contribui para a coesão social (Singer, 1998), aspectos também valorizados pela economia ecológica quando defende modelos econômicos enraizados em comunidades resilientes.

2. Respeito aos limites ecológicos: tanto no plano teórico quanto nas práticas concretas, há convergência na defesa de modos de produção que reduzam a pressão sobre os ecossistemas. A economia solidária, ao promover iniciativas baseadas em reciclagem, reaproveitamento, agroecologia, tecnologias sociais e uso responsável dos recursos, contribui para a diminuição da pegada ecológica das economias locais. Essa articulação aparece em estudos sobre empreendimentos solidários vinculados à gestão de resíduos (Gutberlet, 2015; Dias, 2016) e à agroecologia e economia dos bens comuns (Sabourin et al., 2019), que mostram como práticas comunitárias podem se alinhar a uma lógica ecológica de baixo impacto.

3. Redefinição do valor econômico: em ambas as abordagens, o valor não pode ser limitado ao preço de mercado. A economia ecológica enfatiza que os bens e serviços ambientais possuem valores sociais e ecológicos que não se refletem nos mercados tradicionais. Esse pensamento dialoga diretamente com autores como Motta (1998), que defendem a integração de critérios ambientais nas decisões econômicas e destacam a importância da valora-

ção ambiental como instrumento para orientar escolhas públicas e privadas. A economia solidária reforça essa crítica ao ampliar a noção de valor para incluir dimensões culturais, afetivas e comunitárias.

Assim, a economia solidária pode ser entendida como o campo de práticas que materializa, no cotidiano, os princípios defendidos pela economia ecológica. Ela funciona como uma ponte entre o ideal teórico, que propõe uma economia dentro dos limites planetários e orientada para o bem-estar coletivo, e experiências concretas que já demonstram ser possível produzir, distribuir e consumir de modo mais justo, democrático e ambientalmente responsável.

3. Experiências brasileiras

O Brasil abriga uma multiplicidade de experiências solidárias que traduzem, na prática, esse novo paradigma. Entre elas, destaca-se a Justa Trama, rede nacional que conecta cooperativas de agricultores, fiadoras, costureiras e artesãs em uma cadeia têxtil sustentável, do algodão agroecológico ao produto final.

A rede reúne centenas de trabalhadoras e trabalhadores em diferentes regiões do país, garantindo renda, autonomia e respeito ao meio ambiente. O algodão é cultivado sem agrotóxicos, as decisões são tomadas coletivamente e o valor é distribuído de forma justa entre todos os elos da cadeia. Trata-se de uma experiência concreta de produção de baixo carbono e alta coesão social, que fortalece economias locais e territórios rurais.

Outro exemplo notável é o do município de Maricá (RJ), que criou um sistema inovador de finanças comunitárias por meio do Banco Mumbuca e da moeda social Mumbuca. Essa iniciativa, apoiada por políticas públicas municipais, combina instrumentos de transferência de renda com estímulos à produção e ao consumo local. A circulação da moeda dentro do território fortalece pequenos negócios, cooperativas e redes de economia solidária, reduzindo a dependência de capitais externos e promovendo o desenvolvimento territorial inclusivo.

O caso de Maricá demonstra que políticas públicas bem estruturadas podem impulsionar a economia solidária como estratégia de desenvolvimento sustentável, criando ambientes institucionais favoráveis à inovação social e à transição ecológica. Quando o Estado atua de forma indutora, reconhecendo e apoiando práticas econômicas baseadas na cooperação e na reciprocidade, abrem-se caminhos concretos para construir uma economia que respeite os limites ecológicos e promova justiça social e climática.



O Brasil abriga uma multiplicidade de experiências solidárias que traduzem, na prática, esse novo paradigma. Entre elas, destaca-se a Justa Trama, rede nacional que conecta cooperativas de agricultores, fiadoras, costureiras e artesãs em uma cadeia têxtil sustentável, do algodão agroecológico ao produto final."

4. Políticas públicas e a transição ecológica solidária

Para que a economia solidária se integre de forma consistente a uma agenda de transição ecológica justa, é fundamental que os instrumentos de política econômica, crédito público, compras governamentais, incentivos fiscais, programas de fomento à bioeconomia e fundos climáticos reconheçam os empreendimentos solidários como agentes estratégicos para o desenvolvimento sustentável. Como destaca Silva (2020), a economia solidária se sustenta em lógicas de cooperação e reciprocidade que ampliam as capacidades coletivas de adaptação, inovação e resiliência territorial, dimensões essenciais diante dos desafios da crise climática.

Bancos comunitários e moedas sociais, por exemplo, podem ser incorporados às agendas de finanças sustentáveis e aos programas de inclusão produtiva, contribuindo para dinamizar economias locais, ampliar a segurança econômica de territórios vulneráveis e reduzir dependências externas. Redes solidárias como a Justa Trama, cooperativas agroecológicas e empreendimentos de reciclagem também podem ser integrados a políticas de compras públicas sustentáveis, fortalecendo o consumo institucional de produtos de baixo impacto e promovendo cadeias de valor alinhadas à transição para uma economia de baixo carbono.

A articulação entre economia solidária e políticas climáticas, de agricultura familiar, resíduos sólidos, economia circular e bioeconomia constitui, portanto, um passo decisivo para consolidar um modelo de desenvolvimento que una sustentabilidade ambiental, justiça social e valorização dos territórios. Isso requer aprimoramento regulatório, financiamento consistente e maior coordenação entre políticas públicas, condições essenciais para que a economia solidária deixe de operar em posição marginal e se torne um pilar estruturante da transição ecológica brasileira.

Ao reconhecer e apoiar os empreendimentos solidários, o estado também contribui para fortalecer o protagonismo de grupos historicamente centrais para uma transição justa, como catadores, agricultores familiares, mulheres e comunidades tradicionais, promovendo uma transformação que é, simultaneamente, ambientalmente necessária e socialmente inclusiva.

5. Conclusão

A economia solidária demonstra que é possível articular economia, sociedade e natureza em um mesmo projeto de futuro. Suas práticas baseadas na cooperação, na autogestão e na valorização dos territórios, mostram que é viável construir formas de produzir e viver que respeitem limites ecológicos enquanto geram trabalho digno e fortalecem vínculos comunitários. Ao dialogar com os princípios da economia ecológica, ela oferece respostas concretas à crise climática e social, reposicionando o valor econômico para além do mercado e incorporando dimensões ambientais e culturais.

Experiências como a Justa Trama e o sistema de finanças comunitárias de Maricá comprovam que, quando apoiadas



por políticas públicas consistentes, iniciativas solidárias podem ampliar a circulação local de renda, fortalecer cadeias produtivas de baixo carbono e promover autonomia territorial. Esses exemplos revelam que a transição ecológica justa não é apenas desejável, ela já está sendo construída no cotidiano de comunidades e empreendimentos populares.

Fortalecer a economia solidária exige superar a fragilidade orçamentária e institucional que

ainda limita sua escala, integrando-a a políticas climáticas, de agricultura familiar, resíduos, economia circular e bioeconomia. Mais que uma alternativa econômica, trata-se de um caminho concreto para um desenvolvimento que combine sustentabilidade ambiental, justiça social e democracia econômica. Reconhecer e ampliar essas experiências significa investir em um futuro solidário e sustentável, construído de baixo para cima e enraizado nos territórios brasileiros.



Referências Bibliográficas

DALY, H. Ecological Economics and Sustainable Development. Cheltenham: Edward Elgar, 2007.

DALY, H.; FARLEY, J. Ecological Economics: Principles and Applications. Island Press, 2004.

DIAS, S. Waste Pickers and Cities. UN-Habitat, 2016.

GEORGESCU-ROEGEN, N. The Entropy Law and the Economic Process. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

GUTBERLET, J. More Inclusive and Cleaner Cities With Waste Management Co-production: Insights From Participatory epistemologies and methods. Habitat International, 2015.

LEFF, E. Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. Petrópolis: Vozes, 2008.

MOTTA, S. S. Manual para Valoração Econômica de Recursos Ambientais. Brasília: MMA, 1998.

SABOURIN, E. et al. Construção de Políticas Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: avanços, obstáculos e efeitos das dinâmicas subnacionais. Curitiba: CRV, 2019.

SILVA, S. P. Dinâmicas da economia solidária no Brasil: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2020.

SINGER, P. Uma utopia militante: repensando o socialismo. Petrópolis, Vozes, 1998.

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.



Elis Braga Licks é coordenadora das Comissões de Responsabilidade Social e Economia solidária do Cofecon. Economista, doutora em Economia Aplicada pela USP, atua com políticas públicas voltada ao meio ambiente, desastres socioambientais e ensino superior.

Finanças solidárias para a transição ecológica justa na COP30

Por Alexandre Favaro Lucchesi, William Retamiro, Lucas Ferreira Lima, Henrique Pavan Beiro de Souza e Antônio Fernando Gomes Alves



Em um contexto global de crise climática e desigualdade, as finanças solidárias surgem como instrumentos estratégicos para viabilizar uma transição ecológica justa, inclusiva e territorializada. Vivemos um momento histórico em que a crise climática, longe de se constituir apenas em catástrofe ambiental, revela-se como um rito de passagem civilizatório. A lógica da economia global, centrada no crescimento ilimitado, na financeirização e na concentração, mostra-se cada vez menos compatível com as exigências de justiça social, territorial e ambiental que emergem com força no século XXI. No Brasil, iniciativas como bancos comunitários, moedas sociais verdes e cooperativas de energia solar demonstram que é possível conciliar inclusão financeira, desenvolvimento local e ação climática. Expe-

riências como o Banco Palmas, que originou a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, o Programa Moeda Verde (Santo André, SP) e o Palma Solar (Fortaleza, CE) promovem o acesso ao crédito, à segurança alimentar e à energia limpa para comunidades historicamente excluídas, ao mesmo tempo em que reduzem emissões, incentivam práticas sustentáveis e ampliam a resiliência local.

Esses arranjos descentralizados e autogestionários deslocam o papel do dinheiro de um mecanismo de concentração para uma ferramenta cidadã de transformação socioambiental. Reconhecidas por organismos internacionais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), essas práticas apontam caminhos para políticas socioambientais



inovadoras, conectadas às realidades de base. A 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a COP30, realizada em Belém-PA entre 10 e 21 de novembro de 2025, simbolizou um momento crucial de avanço da governança climática global. Nesse contexto, o fortalecimento das finanças solidárias deve ser encarado como um pilar complementar aos financiamentos climáticos tradicionais, ampliando o protagonismo comunitário na construção de soluções sustentáveis. A agenda climática global precisa incorporar, com urgência, as finanças solidárias como condição para a justiça ambiental efetiva.

Entendidas como instrumentos de democratização do crédito, da produção, da cooperação territorial e da autogestão econômica, as finanças solidárias devem ocupar um lugar significativo nessa agenda, complementando os mecanismos clássicos de financiamento climático. Trata-se, sobretudo, de um campo para a inovação institucional, territorial e financeira, alinhada à justiça climática. Em termos de políticas públicas, as finanças solidárias constituem-se em microcrédito cooperativo, moedas sociais locais, fundos comunitários de investimento – ou mesmo “Fundos Rotativos Solidários” conforme Oliveira (2006) –, cooperativas de energia renovável e outras possibilidades para além do sistema bancário tradicional e dos mercados financeiros convencionais.

A literatura sobre economia solidária e finanças éticas reconhece o potencial desses instrumentos para promover inclusão, regeneração local e transformação institucional. Autores como Singer (2004), Laville (2009) e Gaiger (2015) destacam que tais práticas desafiam a hegemonia da racionalidade financeira dominante, ao proporem circuitos econômicos baseados na solidariedade, no enraizamento territorial e na autogestão. Ao mesmo tempo, essas experiências revelam a necessidade de políticas públicas multiescalares, capazes de integrar Estado, sociedade civil e arranjos locais na construção de novas formas de desenvolvimento.

A transição ecológica justa, termo cada vez mais recorrente nos documentos da Organização das Nações Unidas e da União Europeia (como o

European Green Deal de 2020), pressupõe a descarbonização da economia, com a redistribuição dos riscos e dos recursos, bem como o combate às desigualdades históricas e a ampliação dos direitos sociais e territoriais. Neste sentido, a experiência brasileira no campo das finanças solidárias contribuiu de forma concreta e verificável para os debates da COP30.

As experiências brasileiras

O caso do Banco Palmas, criado em 1998 no Conjunto Palmeira, periferia de Fortaleza - CE, é de um banco comunitário, que atua com uma moeda social local, a “Palma”, capaz de conceder crédito produtivo orientado, de operar com fundo rotativo gerido por conselho popular local e, mais recentemente, integrando o programa Palma Solar, que financia a instalação de placas fotovoltaicas em residências populares. Aqui, o combate à pobreza energética articula-se à redução das emissões, ao passo que se promovem circuitos econômicos de base local, gerando aproximadamente R\$ 25 mil mensais em circulação local (Mostagi et al., 2019).

O Programa Moeda Verde de Santo André - SP, iniciado em 2017, é uma referência internacional. Cada 5 kg de resíduos recicláveis entregues em comunidades urbanas periféricas é convertido em 1 Moeda Verde, que, por sua vez, é elegível para adquirir 1 kg de alimentos hortifrutigranjeiros. Até 2024, foram trocadas 1.800 toneladas de resíduos por 368 toneladas de alimentos, beneficiando 30 mil pessoas (Silva e Poloni, 2025). A prática, além de combater a insegurança alimentar, valoriza a ação ambiental popular como política pública concreta e foi reconhecida em sessões paralelas da COP29, realizada em Baku, no Azerbaijão, em 2024.

Como observam Dagnino e Bagattolli (2009), essas experiências mostram que a economia solidária pode operar como política pública enraizada, articulando trabalho, meio ambiente e finanças em uma única engrenagem territorial. A Rede Brasileira de Bancos Comunitários, fundada em 2006 a partir da experiência do Banco Palmas, cresceu a ponto de abranger 167 bancos comunitários e mais de 180 moedas sociais,

segundo levantamento recente (Rigo et al., 2024). Essas instituições operam com taxas de juros justas, promovem crédito orientado e viabilizam microprojetos que alimentam o comércio e o trabalho locais.

Com a recente sanção da Lei nº 15.068/2024, que instituiu o Sistema Nacional de Economia Solidária, o país dispõe de um marco legal adequado para integrar as finanças solidárias às estratégias de desenvolvimento nacional e à agenda climática global. A COP30, nesse sentido, foi a janela de oportunidade estratégica. Isso porque, segundo as projeções (UNFCCC, 2025), o mundo precisará mobilizar US\$ 1,3 trilhão por ano até 2035 para financiar ações de adaptação e mitigação nos países em desenvolvimento, e boa parte desses recursos deve fluir para territórios que hoje estão à margem do sistema financeiro convencional. Ora, quem melhor do que as próprias comunidades organizadas para gerir, aplicar e monitorar esses recursos de forma socialmente eficaz e ambientalmente eficiente?

A COP30, ainda que não tenha as finanças solidárias como tema central, explicitou, em seus eixos, a urgência por novos mecanismos de financiamento climático adaptados às realidades locais. A agenda oficial inclui temas como “financiamento para a adaptação”, “a resiliência comu-

nitária” e “a participação dos povos tradicionais”, nos quais as experiências brasileiras podem servir de exemplo de boas práticas. Nesse contexto, as finanças solidárias se apresentam como uma forma descentralizada, participativa e eficaz de canalizar recursos climáticos às bases sociais.

Na América Latina, a experiência do Equador com créditos verdes populares, que alocou mais de US\$ 800 milhões via Corporación Nacional de Finanzas Populares y Solidarias (CONAFIPS), aponta um modelo plausível de escalonamento, conectando fundos públicos, critérios ambientais e economia popular (UNDP, 2024). O Brasil, com sua rede de bancos comunitários, incubadoras sociais e moedas verdes, possui as condições para estruturar algo similar.

Democratizar o dinheiro para descentralizar a transição

Apesar de cerca de 79% dos adultos brasileiros possuírem conta bancária ou acesso a pagamentos digitais, segundo o Global Findex Database 2025 (Klapper et al., 2025), a exclusão financeira permanece profunda, manifestando-se no acesso desigual ao crédito e em taxas de juros que tornam inviável a circulação econômica em territórios vulneráveis. Segundo a Pesquisa de



Em termos de políticas públicas, as finanças solidárias constituem-se em microcrédito cooperativo, moedas sociais locais, fundos comunitários de investimento (...), cooperativas de energia renovável e outras possibilidades para além do sistema bancário tradicional e dos mercados financeiros convencionais."



Juros (ANEFAC, 2025) referente ao mês de outubro de 2025, a taxa média cobrada para o empréstimo pessoal de financeiras foi, em média, de 7,18%, atingindo 100,05% no acumulado do ano e 128,97% em 12 meses. Essa situação retrata a assimetria informacional e impulsiona famílias à informalidade ou à inadimplência, enquanto impede pequenos empreendedores de acessar financiamentos, cenário no qual emergem as finanças solidárias como alternativa pluralista e territorializada ao sistema bancário dominante.

Em contraponto ao mercado financeiro, os bancos comunitários operam com os chamados juros justos, promovem crédito orientado e viabilizam microprojetos que alimentam o comércio e o trabalho locais. Além disso, constroem infraestruturas de “cidadania econômica” (Dowbor, 2022), pois os conselhos locais decidem sobre empréstimos, enquanto a confiança comunitária substitui o “score” bancário e o dinheiro volta a circular no território, fortalecendo o conceito produtivo do dinheiro, objetivo das finanças solidárias. A moeda, longe de ser neutra, passa a ser um instrumento de pertencimento e de cooperação. Como propõem Oriente, Farias e Esteves (2025), trata-se de uma “reapropriação cidadã do valor econômico”, que desloca o eixo da política econômica do mercado e do Estado para o tecido comunitário.

A crise climática exige soluções múltiplas e multiescalares, e os povos do Sul Global têm

muito a ensinar sobre financiamento justo, participação social e gestão comunitária de recursos. Democratizar o dinheiro é, hoje, condição para democratizar a própria transição. O mecanismo Tropical Forest Forever Facility (TFFF), proposto pelo Brasil com vista ao lançamento na COP30, pretende angariar US\$ 125 bilhões para a conservação florestal, com meta de US\$ 10 bilhões no primeiro ano. Trata-se de uma iniciativa que abre espaço para o capital privado e o público e poderá incorporar arranjos de finanças solidárias, como fundos comunitários de conservação, mecanismos de resultado local e cooperação entre territórios florestais e economia solidária.

Não obstante os avanços, há questões fundamentais para o aprofundamento da articulação proposta. A escala das finanças solidárias ainda é pequena frente à magnitude das necessidades climáticas globais, ao passo que a governança local requer fortalecimento técnico e institucional. O potencial transformador da interseção entre finanças solidárias e financiamento climático reside justamente na democratização do dinheiro. Trata-se de uma inflexão política e simbólica que recoloca a justiça social no centro da transição ecológica e que, portanto, responde de maneira mais profunda às críticas de greenwashing e de dependência financeira e que se mostraram um peso incômodo sobre a COP30.



Referências Bibliográficas

- ANEFAC – Associação Nacional de Executivos. Evolução das taxas mensais de juros – pessoa física. Atualizações Novembro de 2025.
- DAGNINO, Renato; BAGATTOLLI, Carolina. Como transformar a tecnologia social em política pública. *Tecnologia Social. Ferramenta para construir outra sociedade*, p. 155-178, 2009.
- DOWBOR, Ladislau. Resgatar a função social da economia: uma questão de dignidade humana. São Paulo: Elefante, 2022.
- GAIGER, Luiz Inácio. O mapeamento nacional e o conhecimento da economia solidária. *Revista da ABET*, v. 12, n. 1, p. 7-24, 2013.
- KLAPPER, Leora; SINGER, Dorothe; STARITA, Laura; NORRIS, Alexandra. *The Global Findex Database 2025: Connectivity and Financial Inclusion in the Digital Economy*. Washington, DC: World Bank, 2025. LAVILLE, Jean-Louis. A economia solidária: um movimento internacional. *Revista crítica de ciências sociais*, n. 84, p. 7-47, 2009.
- LUCCHESI, Alexandre Fávaro; RETAMIRO, William.; SOUZA, Henrique Pavan Beiro de; ALVES, Antônio Fernando Gomes; LIMA, Lucas Ferreira. Finanças solidárias: estratégia necessária para o fortalecimento da democracia. In: XXVI Congresso Brasileiro de Economia, 2025, Porto Alegre. Anais do XXVI Congresso Brasileiro de Economia, 2025. p. 1-13.
- MOSTAGI, Nicole Cerci; PIRES, Lilian de Lima; MAHNIC, Chayne de Lima Pereira; SANTOS, Luís Miguel Luzio dos. "Banco Palmas: inclusão e desenvolvimento local". *Interações*, Campo Grande, MS, v. 20, n. 1, p. 111-124, jan./mar. 2019
- OLIVEIRA, Maria do Socorro de Lima. *Cooperação entre camponeses: Um estudo a partir dos Fundos Rotativos Solidários*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) -UFMG/PPGS. Campina Grande, 2006.
- ORIENTE, Anderson C.N; FARIAS, Luciana S.; ESTEVES, Viviane. Panorama das moedas sociais municipais como alternativas à desigualdade social no estado do Rio de Janeiro. *Revista Economistas – Caderno Especial de Economia Solidária*, n. 54, p. 32–45, abr. 2025. Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/wp-content/uploads/2025/04/Revista-N54-1.pdf> Acesso em: 25 jul. 2025.
- RIGO, Ariádne Scalfoni; JESUS, Laís Francine Nascimento de; LOPES, Laerson Morais Silva; SILVA JR., Jeová Torres; ARAÚJO, Elaine Aparecida. *Pesquisa Nacional dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento: resultados e desafios*. Brasília: Ipea, 2024.
- SILVA, Nataly C., POLONI, Paula K. I. Programa Moeda Verde de Santo André: um olhar a partir da teoria de definição de agenda de Kingdon e a implementação pela abordagem top-down. *Revista Delos*, 18(67), e5053, 2025.
- SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. *Estudos Avançados*, v. 18, n. 51, p. 7-22, ago. 2004.
- UNDP – United Nations Development Programme. *How Ecuador’s shift to green loans is driving a US\$800 million boom for small businesses grounded in sustainability*, 7 nov. 2024.
- UNFCCC – United Nations Framework Convention on Climate Change. *Baku to Belém Roadmap to 1.3T: Sustainable Finance Observatory and Global Clearinghouse for Development Finance* Baku: United Nations Framework Convention on Climate Change, 2025.



Alexandre Favaro Lucchesi é doutor e mestre em economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com parte do doutorado em formato sanduíche na Università Bocconi, na Itália. Atualmente é professor universitário na Escola de Negócios das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) e no Instituto Phorte de Educação.



William Retamiro é graduado em Ciências Econômicas pela PUC-SP, mestre em planejamento e desenvolvimento regional pela UNITAU e doutorando em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela UFSCAR. cursou Economia da Inovação Tecnológica como disciplina isolada no ITA e integrou como aluno especial o doutorado em Planejamento e Gestão de Território na UFABC. Integra o grupo de pesquisa de Economia Solidária e Cooperativismo Popular da NuMI-EcoSol/UFSCAR



Lucas Ferreira Lima é graduado em Ciências Econômicas pela UFU. Mestre e doutor em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp, onde é pesquisador de pós-doutorado. Atua principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento econômico, desenvolvimento rural, desenvolvimento sustentável, economia agrícola, economia ecológica, economia do meio ambiente, macroeconomia, microeconomia e metodologias de apoio multicritério à decisão.



Henrique Pavan Beiro de Souza é doutor pela UFABC - com período de pesquisa no International Institute of Social Studies (Holanda), e mestrado em Economia pela Unesp. É graduado em Ciências Econômicas pela Unisul, com especialização em Economia Urbana e Gestão Pública pela PUC/SP. Atua como professor no Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU).



Antônio Fernando Gomes Alves é economista, com especialização em História, Sociedade e Cultura, mestrado em Economia Política, doutorado em Psicologia Social e pós-doutorado em Economia pela PUC/SP. Professor do Centro Universitário da Fundação Santo André e da Universidade Municipal de São Caetano. Conselheiro do Corecon-SP.

Nelsa Nespolo é a Mulher Transformadora de 2025

Ela é presidenta da Cooperativa Justa Trama, que envolve agricultores, fiadores, tecedores, costureiras e artesãos em cinco estados

Por Coordenação de Comunicação, com colaboração do Corecon-SP





O prêmio Mulher Transformadora reconhece a economia solidária como uma alternativa concreta de desenvolvimento, capaz de gerar renda, dignidade e sustentabilidade."

Elis Braga Licks

Coordenadora da Comissão de Responsabilidade Social e Economia Solidária do Cofecon

No dia 18 de dezembro, por ocasião da divulgação dos resultados do Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas, o Cofecon anunciou também o nome de Nelsa Nespolo como a vencedora do prêmio Mulher Transformadora de 2025. A honraria foi criada para reconhecer o trabalho de pessoas que se destacaram nos campos da responsabilidade social, economia solidária ou empreendedorismo, impactando de forma positiva as comunidades em que estão inseridos.

"O prêmio Mulher Transformadora reconhece a economia solidária como uma alternativa concreta de desenvolvimento, capaz de gerar renda, dignidade e sustentabilidade", comentou a conselheira federal Elis Braga Licks, coordenadora da Comissão de Responsabilidade Social e Economia Solidária do Cofecon durante a transmissão. "O prêmio é também uma forma de inspirar novas gerações de mulheres a acreditarem que outras formas de fazer a economia são necessárias".

Nelsa Nespolo é a presidenta da Cooperativa Justa Trama, cuja sede está localizada em Porto Alegre. Ela envolve uma cadeia produtiva que começa com o cultivo de algodão agroecológico por pequenos agricultores, sem o uso de agrotóxicos – o que representa um impacto importante, porque o algodão tradicional é uma das culturas que mais utiliza agrotóxicos no Brasil. No Ceará, o algodão ecológico branco é plantado pela Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural (ADEC), em Tauá; no Rio Grande do Norte, a Associação Xique Xique (Mossoró) planta o algodão colorido rubi.

A cadeia produtiva continua em Pará de Minas, onde a Coopertextil realiza a tecelagem, o acabamento e a estampa dos fios. Na sequência, em Porto Alegre, a Cooperativa Univens cuida da confecção das roupas da Justa Trama, incluindo serigrafia, tingimento e bordados. Em Porto Alegre, tricoteiras produzem roupas com cordões reaproveitados da tecelagem, enquanto a Inovarts confecciona brinquedos pedagógicos com retalhos. Por fim, a Cooperativa Açaí, em Porto Velho, produz bonecas e personagens brasileiros com retalhos, além de colares e botões feitos de sementes.

Visita

Em outubro, por ocasião do XXVI Congresso Brasileiro de Economia, em Porto Alegre, uma delegação formada por conselheiros do Cofecon e de Conselhos Regionais de Economia visitou a sede da Justa Trama. Os economistas foram recebidos pela presidenta da cooperativa.

"A economia solidária não é apenas um modo de vida, mas um modelo de desenvolvimento diferenciado. Acreditamos em um mundo onde é possível ter ganhos respeitando e preservando o meio ambiente, além de dividir os resultados de maneira justa", afirmou Nelsa Nespolo na ocasião.

O economista Carlos Eduardo Soares de Oliveira Junior, integrante da Comissão de Responsabilidade Social e Economia Solidária do Cofecon, comentou na ocasião que "o que mais me chamou a atenção foi perceber que a Justa

Trama não nasce apenas como um negócio, mas como um movimento de transformação social. Hoje a rede conecta agricultores, fiadores, tecedores, costureiras e artesãos em cinco estados brasileiros, todos comprometidos com um modelo que valoriza pessoas e respeita o meio ambiente”.

Reconstrução

O ano de 2024 foi marcado pela maior catástrofe climática da história do Rio Grande do Sul, com chuvas torrenciais que causaram estragos em várias cidades do estado e uma inundação recorde em Porto Alegre. No bairro Sarandi, onde est a a sede da cooperativa, a entidade desempenhou um papel fundamental na reconstru o da Vila Nossa Senhora Aparecida.

“A sede não foi atingida, mas se tornou um ponto de referência para a comunidade. Aqui as pessoas encontraram doa oes, apoio emocional e solidariedade”, recordou Nespolo.

A conselheira federal Fabíola de Paula participou da visita e mencionou que “quando houve o desastre em Porto Alegre, o poder público

entregou alimentos e abrigo. A Justa Trama capacitou as pessoas para voltar ao mercado de trabalho. O banco social deu oportunidade e viabilidade econômica para comprar equipamentos e gerar renda.   muito importante que os Conselhos Regionais de Economia se aproximem destas atividades”.

J a a conselheira Elis Braga Licks, coordenadora da Comissão de Responsabilidade Social e Economia Solidária do Cofecon, destacou que “a experiência da Justa Trama mostra que a transi o ecológica não se faz apenas com novas tecnologias ou metas de carbono, mas sobretudo com mudanças na lógica de produ o, renda e governança. A rede mostra que   possível estruturar cadeias completas com critérios de justiça social, baixo impacto ambiental e transparência. Políticas públicas de transi o ecológica podem induzir este padrão ao condicionar acesso a crédito, compras públicas e incentivos fiscais ao desempenho socioambiental da cadeia”.

A entrega do prêmio Mulher Transformadora acontecerá no dia 6 de fevereiro, em Brasília, por ocasião da solenidade de posse de recondu o da presidência do Cofecon.



Confira a nova edição da revista Economistas



Leia agora!

Aponte a câmera do seu celular para o código QR ao lado!



**SIGA-NOS NAS
REDES SOCIAIS!**



@cofecon





COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

**PROTAGONISMO
DIVERSIDADE &
DESENVOLVIMENTO**

Construindo um futuro inclusivo
para a economia brasileira



@cofecon

Conselho Federal de Economia - Cofecon
Setor Comercial Sul, Quadra 02, Bloco B, 12º andar, CEP 70318-900 - Brasília/DF
Tel: (61) 3208-1800/E-mail: cofecon@cofecon.org.br